

“Estágios para alunos de ensino médio: análise da relação entre uma escola pública e uma ONG na cidade de São Paulo”

FERREIRA, Moisés Carlos*

terraemar@gmail.com

O texto aqui descrito representa um resumo com seus principais apontamentos da dissertação de Mestrado defendida no segundo semestre de 2007, junto ao programa de estudos pós-graduados em Educação: História, Política e Sociedade, programa este pertencente a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

O meu interesse em pesquisar esse tema, deve-se a minha presença no quadro de funcionários do Centro Paula Souza. Nesses 12 anos de trabalho, atuo na condição de docente em uma escola técnica (ETEC) na cidade de São Paulo, bem como já lecionei em uma escola agrícola no interior do estado, fui coordenador do Ensino Médio durante dois anos e também representante sindical de uma unidade por esse mesmo período, no qual presenciei as mudanças implementadas nessa instituição após a LDBEN de 1996.

Tais mudanças, desde sua discussão à sua implementação me provocaram diversas inquietações, o que me levou a pensar na possibilidade de investigá-las, o que pode se concretizar com minha admissão no curso de Mestrado.

O foco de tal investigação foi direcionado para um fragmento dessas mudanças, o que se traduz pelo título de minha Dissertação: “Estágios para alunos de ensino médio: análise da relação entre uma escola pública e uma ONG na cidade de São Paulo”

Esse tema surgiu do resultado de minhas observações em relação as mudanças sofridas pela escola na qual atuo, bem como os novos rumos tomados pelo Ensino Médio nos últimos anos. Principalmente a relação entre a ETE e uma ONG (Organização Não Governamental) no que se refere ao encaminhamento de alunos do Ensino Médio para estagiar no mercado de trabalho. **O ponto inicial de tal pesquisa remete à LDBEN 9394/96 e ao Parecer CNE/CEB (Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica) n. 15/98, que enfatizam a preparação ao mundo do**

* Graduado em História pelas Faculdades Salesianas de Lins – Sp, professor de História em uma das unidades do Centro Paula Souza na cidade de São Paulo e Mestre em Educação pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política e Sociedade da PUC-SP, com a dissertação apresentada em defesa pública em Agosto de 2007.

trabalho para a educação de nível médio e ao Parecer **CNE/CEB n. 35/2003, que regulamentou a realização de estágios para alunos vinculados ao Ensino Médio.**

O **problema de pesquisa** consiste em questionar as relações estabelecidas entre escola e ONG no que tange a preparação e encaminhamento de alunos do Ensino Médio para o expediente de estágio, bem como averiguar o funcionamento do departamento de estágios da escola alvo dessa pesquisa.

Trata-se de investigar o convênio existente entre a escola e a ONG; sua materialização, documentos envolvidos, legislações pertinentes, depoimentos dos profissionais envolvidos nas três instâncias (escola, sua mantenedora e ONG), fôlderes utilizados para divulgação do expediente estágio e depoimentos de um grupo de alunos estagiários.

O **objetivo geral** desta pesquisa consiste em analisar as relações estabelecidas entre a ONG (CIEE) e a referida escola pública, focalizando o discurso corrente das “habilidades e competências”, que tem gerado a defesa de uma eficaz formação dos alunos para o mercado de trabalho por parte da instituição escolar. **Uma vez que esta ONG diz desenvolver atividades pedagógicas, no que tange ao seu programa de complementação para a formação de alunos, é necessário compreender criticamente a forma como este “agente de integração” afirma contribuir para a formação dos alunos que serão encaminhados para o mercado de trabalho.**

Para alcançar esse objetivo geral, foram definidos os seguintes **objetivos específicos**, que se subdividem em dois grupos:

- Conhecer o perfil dos alunos de Ensino Médio diretamente envolvidos no processo de estágio, bem como verificar suas próprias opiniões e perspectivas profissionais;
- Identificar e sistematizar criticamente o repertório dos conceitos empresariais presentes no discurso do CIEE, uma vez que esta Central de Estágios defende que os alunos que se candidatam às vagas como estagiários estão sendo preparados para as demandas do mercado de trabalho e competências exigidas ao trabalhador na atualidade.

Tendo em vista que o objetivo dessa pesquisa é analisar as relações estabelecidas entre a Escola e a ONG, no que se refere ao expediente de estágio para alunos de ensino médio, as perguntas que guiaram essa investigação foram:

1. Quais são as expectativas e exigências desta ONG, em relação aos estudantes de Ensino Médio da escola pública, ao encaminhá-los para o estágio?

2. Como a ONG articula as necessidades dos alunos às exigências das empresas?
3. Como o relacionamento entre a ONG e a escola colabora na transformação da imagem da escola pública junto aos alunos?
4. Como a escola em questão organiza e administra seu departamento de estágios?

Para responder as questões formuladas ao desenvolvimento dessa pesquisa, estruturaram-se as seguintes **hipóteses**:

- O programa de intermediação empresa-escola leva a uma dissimulação das contradições entre formação escolar e o quadro de desemprego que atinge as sociedades atuais, especificamente no que se refere aos alunos oriundos da formação de Ensino Médio;
- A intermediação entre empresa-escola é uma forma de favorecer o empresariado, uma vez que a remuneração dispensada aos estagiários é inferior à do trabalhador convencional.

A metodologia desta pesquisa, de abordagem qualitativa, pode ser caracterizada como um **estudo exploratório descritivo**.

Os procedimentos de pesquisa definidos previamente para o desenvolvimento desse trabalho foram:

1 - **Análise de documentos**, desmembrada em dois momentos:

- a) Análise dos documentos concernentes ao convênio estabelecido entre a ONG e escola pública, bem como o instrumento jurídico que regulamenta esta atividade “educacional”, no caso a Lei nº. 6.494/77 e o Parecer 35/2003 do CNE/2003;
- b) Análise dos materiais (palestras e vídeos) utilizados no desenvolvimento do programa “Orientação e Formação Profissional”, pelo CIEE, com atenção especial para a difusão do repertório empresarial presente nesses materiais.

2 - **Aplicação de questionários e entrevistas** com abordagem de dois grupos distintos:

- a) Um grupo de 15 (quinze) alunos das séries finais do Ensino Médio, candidatos às vagas oferecidas para estagiários nessa unidade escolar, com o objetivo de coletar suas impressões sobre os estágios e perspectivas profissionais;

b) Contato com três profissionais representantes das diferentes instâncias que envolvem o estágio na unidade escolar aqui indicada, sendo o primeiro um representante da própria escola, o segundo um representante da Instituição mantenedora da escola e um terceiro um representante da ONG que contribui com a articulação do estágio na escola.

Os referenciais de análise, pautaram-se entre outros nos seguintes autores;

Ferretti (2004), Frigotto (2002), Lopes (2002), Ramos (2002), Zibas (2005), por exemplo, que trazem para este trabalho um olhar crítico em relação à perspectiva de formação do aluno do Ensino Médio, calcada nas competências e habilidades para o mercado de trabalho. Tais análises serão brevemente apresentadas a seguir e foram devidamente exploradas nos capítulos desta dissertação:

Os resultados:

Ao analisar as relações entre a escola de Ensino Médio e a ONG, estudadas por intermédio da pesquisa empírica realizada, pode-se confirmar o discurso empresarial incorporado em parte pela escola e com maior abrangência pela ONG (CIEE), na materialização do expediente de estágios para alunos do Ensino Médio.

As respostas encontradas para s hipóteses são:

Quanto à dissimulação entre formação escolar e o quadro de desemprego, isto parece ser visível nos conteúdos ministrados pelas oficinas de capacitação oferecidas pela ONG, nas quais se pode constatar o uso recorrente dos conceitos de habilidades e competências.

Em relação à segunda hipótese que afirma a intermediação entre escola-empresa como uma forma de favorecer o empresariado, uma vez que a remuneração dispensada aos estagiários é inferior à do trabalhador convencional, os resultados obtidos permitem confirmá-la pelas respostas, tanto dos alunos, quanto do profissional responsável pelo Departamento de Estágios da escola. Foi possível notar que tais estudantes são incorporados pelo mercado de trabalho, por intermédio de sub-contratações, o que pode levar a uma precarização de suas atividades profissionais.

As respostas para as perguntas que guiaram esta pesquisa são:

1- As atividades da ONG em questão, ao fornecer todo um aparato de cursos para os alunos, que se traduz na aplicação das oficinas de capacitação, propondo-se a transmitir inúmeras maneiras deste aluno se adaptar ao mercado de trabalho, transmitem, assim, a possibilidade da “empregabilidade” de que o aluno deve munir-se, sob diversas formas, para se ajustar ao mercado e suas exigências. Essa constatação responde à primeira das quatro perguntas que nortearam esta pesquisa, qual seja: *“Quais são as expectativas e exigências desta ONG em relação aos estudantes de Ensino Médio da escola pública, ao realizar essas ações – (oficinas de capacitação para estudantes) ?”*.

2- *“Como a ONG articula as necessidades dos alunos às exigências das empresas?”*, pode-se verificar como possível resposta a necessidade dos alunos ingressarem no mercado de trabalho, já utilizando-se da fase escolar em que estão inseridos. Isso é possível verificar, uma vez que se pode constatar que os alunos se candidatam às vagas como estagiários e que, para isso, um dos caminhos a seguir é realizar tais cursos, na tentativa de melhor preparar-se para o mercado, atendendo suas expectativas de passar da condição de estagiários para a condição de trabalhadores.

3 – *“Como o relacionamento entre escola e ONG colabora com a transformação da imagem da escola pública junto aos alunos?”* – os resultados aqui apresentados permitiram constatar que os alunos vêm a escola também como uma “porta de acesso ao mercado de trabalho” e não apenas como possibilidade de formação. Sobre este aspecto, no entanto, observa-se a necessidade de novas investigações.

4 - *“Como a escola em questão organiza e administra seu departamento de estágios?”*.

Contudo, foi constatado que a instituição escolar possui pouca autonomia para a realização e aplicabilidade deste expediente de acordo com os marcos legais, principalmente no que diz respeito ao estágio curricular como complemento às atividades pedagógicas. Deve-se a isto a inexistência de uma jornada de trabalho fixa para o profissional responsável pela coordenação desses estágios. Constatou-se, por exemplo, que seus vencimentos relacionam-se ao número de alunos encaminhados para o estágio, isto é, esse profissional recebe *“por produção”*. Esse fato denota ainda que o poder público estimula uma espécie de “terceirização” dessa atividade, transferindo para os agentes de integração as funções que deveriam ser da escola, quais sejam: fiscalizar e orientar devidamente os alunos na realização da atividade de estágio. Sendo assim, nota-se que,

para a instituição escolar, o estágio curricular fica em segundo plano, uma vez que o Departamento de Estágio revela dificuldades em articular o currículo com a demanda de estágios.

Referências

CASTRO, C. M. **Educação brasileira**: consertos e remendos. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

_____. **O secundário**: esquecido em um desvão do ensino? Brasília: INEP, n. 2, 1997. (Série Textos para Discussão).

FERRETTI, J. C. Mudanças em sistemas estaduais de ensino em face das reformas no ensino médio e no ensino técnico. **Revista Educação e Sociedade**. Campinas, v. 21, n. 70, abr. 2000.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (org.). **Ensino médio integrado**: concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

KOBER, C. M. **Qualificação profissional**: uma tarefa de Sísifo. Campinas: Autores Associados, 2004.

LEITE, M. de P. Competitividade e trabalho na cadeia automotiva brasileira. **14th World Congress of Sociology at the Research Committee on Sociology of Work of the International Sociological Association**, Montreal, jul./ago. 1998.

LOPES, A. C. Os parâmetros curriculares nacionais para o ensino médio e a submissão ao mundo produtivo: o caso do conceito de contextualização. **Revista Educação e Sociedade**. Campinas, v. 23, n. 80, 2002.

MALGLAIVE, G. **Ensinar adultos**: 16. Porto: Porto Editora, 1995.

MELLO, G. N. **Cidadania e competitividade**: desafios educacionais do terceiro milênio. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

MITRULIS, E. Ensaio de inovação no ensino médio. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 116, jul. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0100157420020002&lng=p&nrm=isso>. Acesso em 01 nov. 2006.

OLIVEIRA, R. de. **A (des) qualificação da educação profissional brasileira**. São Paulo: Cortez, 2003. (Questões da nossa época, 101).

_____. Ensino médio e educação profissional: reformas excludentes. **Educar em Revista**. Curitiba, n. 20, p. 279-298, 2002.

PIRES, V. **Economia da educação: para além do capital humano**. São Paulo: Cortez, 2005.

RAMOS, M. N. **A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?** São Paulo: Cortez, 2002.

SELLTIZ, C. et al. **Métodos de pesquisa das relações sociais**. São Paulo: EDUSP, 1965.

SCHULTZ, T. W. **O valor econômico da educação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SILVA JÚNIOR, J. dos R.; Ferretti, C. J. **O institucional, a organização e a cultura da escola**. São Paulo: Editora Xamã, 2004.

SILVA, T. T. Educação, trabalho e currículo na era do pós-trabalho e da pós-política. In: Ferretti, J. C. et al. (orgs). **Trabalho formação e currículo: para onde vai a escola?** São Paulo: Xamã, 1999.

SOUZA, R. M. de. **Escola e juventude: o aprender a aprender**. São Paulo: EDUC, 2003.

Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura: Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Brasília, 2006. Disponível em <www.unesco.org.br/publicações>. Acessado em 10 out. 2006.

ZIBAS, D. M. L.; FERRETTI, C.; TARTUCE, G. L.B. T. A reforma do ensino médio e o protagonismo de alunos e pais. In: TARTUCE, G. L. B. et al. (orgs). **Gestão de inovações no ensino médio: Argentina/Brasil/Espanha**. Brasília: Líber Livro Editora, 2006.

_____. Breves anotações sobre a história do ensino médio no Brasil e a reforma dos anos de 1990. In: Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação, PUC/SP (org). **Ensino médio e ensino técnico no Brasil e em Portugal: raízes históricas e panorama atual**. Campinas: Autores Associados, 2005. (Coleção Educação Contemporânea).

_____. Refundar o ensino médio? Alguns antecedentes e atuais desdobramentos das políticas dos anos de 1990. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 26, n. 92, p.1067-1086, out. 2005.

_____; AGUIAR, M.; BUENO, M. **O ensino médio e a reforma da educação básica**. Brasília: Plano Editora, 2002.

_____;RUSSO, M. H. Transformações no setor secundário da economia e o desafio do ensino médio. **Textos Fundação Carlos Chagas**. São Paulo, v. 15, n. 15, p. 1-78. 1997.

FONTES CITADAS

BRASIL. Emenda Constitucional nº. 53 de 06 de Dezembro de 2006. (FUNDEB)

_____. Decreto n. 5.154, de 23 de Julho de 2004.

_____. MEC/ Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer n.35/2003 de 05 de Novembro de 2003.

_____. MEC/Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer n.16/99 de 05 de Outubro de 1999.

_____. MEC/Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução n.3, de 26 de junho de 1998. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. 1998.

_____. MEC/Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer n. 15, de 1 de junho de 1998. Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio. 1998.

____ MEC. SEF. Parâmetros Curriculares para o Ensino Médio. Brasília, 1998.

____.Decreto n. 2.208, de 17 de Abril de 1997. Regulamenta o § 2º do artigo 36 e os artigos 39 a 42 da Lei n. 9.394, de 20.12.1996.

____ Lei n. 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

____ Decreto n. 87.497 de 18 de Agosto de 1982.

____ Lei n. 7.044/82 de 18 de Outubro de 1982

____ Lei n.6.494/77 de 07 de Dezembro de 1977.

____ Lei n. 5.692 de 11 de Agosto de 1971.

SÃO PAULO (Estado). Deliberação nº. 31/2003 de 09 de Abril de 2003.